

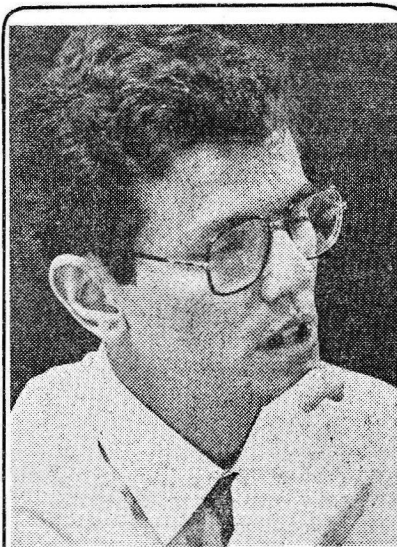
Conversão: previstos 20 bilhões

RIO
AGÊNCIA ESTADO

A oferta potencial de recursos para a conversão da dívida externa em investimentos no Brasil é de pelo menos US\$ 20 bilhões. Este dado está contido em documento do grupo de trabalho para a conversão da dívida externa em investimento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que será submetido nos próximos dias à diretoria da entidade por seu presidente, senador Albano Franco. O grupo recomenda que o Congresso Nacional participe da regulamentação do processo de conversão.

O documentto do grupo de trabalho apóia a conversão da dívida e alinha uma série de vantagens e desvantagens da medida, considerando-a até um instrumento de negociação junto aos credores para obter dinheiro novo ou um deságio a ser parcialmente apropriado pelo governo brasileiro.

Segundo o economista Paulo Nogueira Batista Jr., da Fundação Getúlio Vargas e membro do grupo de trabalho, a conversão poderia atuar como um estímulo aos credores, na medida em que seriam convertidos primeiro os juros, cujos pagamentos foram suspensos pela moratória. Diz o documento que se os pagamentos não forem retomados antes de 31 de



Batista: um estímulo

dezembro próximo, os juros retidos este ano somarão cerca de US\$ 4,5 bilhões, volume suficiente para garantir dois a três anos de conversão. Assim, a parte dos juros cujo refinanciamento ou deságio não fosse aceita pelos credores permaneceria em regime de moratória.

O documento assinala que a conversão pode reduzir automaticamen-

te a dívida e as despesas com juros. Mas destaca que a conversão dos juros é mais atraente para o Brasil do que a do principal, pois esta "representa a transformação em cruzados de obrigações externas que, para todos os efeitos práticos, ninguém espera que o Brasil seja obrigado a transferir em divisas ao longo dos próximos anos". A conversão dos juros, por sua vez, "consolidaria o processo de capitalização dos juros e favoreceria o aumento do volume de recursos externos à disposição da economia brasileira".

Outros benefícios apontados pelo documento se referem à ampliação das fontes de financiamento do investimento privado e reforço da posição do Brasil na renegociação da dívida.

Quanto aos efeitos negativos, o grupo de trabalho assinala, entre outros, que a conversão pode representar uma inibição à entrada de dinheiro novo, porque oferece ao investidor estrangeiro a obtenção de capital a custo mais baixo. E pode resultar em evasão de divisas para repatriação de capital ou remessas de lucros ou dividendos. Outro fator considerado negativo é o impacto sobre a política monetária: segundo o documento, a oferta potencial de US\$ 20 bilhões corresponde a quase seis vezes o valor da base monetária em 30 de junho passado.